

A Construção da Identidade Profissional Via Integração Universidade e o Ensino Médio - O Projeto VISES

Área Temática de Educação

Resumo

O objetivo deste trabalho foi identificar, analisar e implantar na Coordenação do Vestibular, a prática da gestão pela qualidade acadêmica participativa pelo viés da Extensão universitária, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Para a efetivação deste Projeto de Extensão consideramos a contemporaneidade, a contextualização atual e a possibilidade de um estudo mais profundo no setor da Instituição responsável pelo processo seletivo discente no acesso à Educação superior da Universidade. A descrição e a análise dos dados tem sido realizadas utilizando-se de técnicas qualitativas e quantitativas e os resultados obtidos demonstram que a adoção de estratégias, notadamente participativas, pode gerar bons resultados a médio e longo prazo visto que o envolvimento de todos possibilitou ao responsável pelo projeto e à instituição, uma maior integração em especial com as escolas públicas e privadas do ensino médio localizadas no espaço geográfico do estado do Rio de Janeiro. No que se refere à análise e descrição das estratégias adotadas ficou evidente que os profissionais envolvidos, discentes, escola, pais, candidatos e mídia, vão refletir diretamente no ambiente institucional, ora prejudicando, ora facilitando seu desempenho na consecução do projeto.

Autor

Roberto Vianna da Silva, Mestre em Sistemas de Gestão - Latec/UFF, Coordenador Acadêmico do Núcleo de Vestibular da UNIRIO

Instituição

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Palavras-chave: educação; ensino médio; vestibular

Introdução e objetivo

Na perspectiva das recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, foi implementado junto à Extensão Universitária o Projeto de Extensão: A construção da identidade profissional via integração Universidade e o Ensino Médio.- O Projeto VISES.

A cada vez que tomamos conhecimento na condução do que seria a educação pública e de qualidade, temos a convicção de que precisamos, urgentemente, construir um espaço onde o interesse público seja atendido de modo claro, esclarecedor e absolutamente transparente. Por espaço público entendemos uma forma de expansão a um número cada vez maior de cidadãos de participação nos debates acerca das questões vitais na educação brasileira, como um mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior.

Nesse sentido, procuramos, às vezes com acerto, às vezes com dificuldades, uma aproximação com as escolas do ensino médio, tendo como premissa que se faz necessário, para um regime democrático, um novo desenho político-educacional, novas modalidades de avaliação, de incentivos à participação dos alunos na construção de Universidade que com eles se pareçam, isto porque a Universidade não é patrimônio ou preocupação exclusiva de grupos, de uma elite ou de um aparato burocrático.

Em outras palavras, afirmar que a redução *ad infinitum* dos espaços de discussões e tomada de decisões acerca do futuro da universidade pública não passa de uma forma disfarçada, de uma trama, que exclui a maioria e deixa, como consequência, a educação assaltada por interesses privados de uma minoria. A perpetuação do poder de tomada de decisão por alguns é uma forma eficaz de exclusão, uma negação de qualquer pretensão democrática e um caminho aberto à tirania disfarçada.

Ao longo século XX no Brasil, particularmente a partir de 1911, algumas discussões foram empreendidas, quanto às normas para admissão ao ensino superior, dentre as quais destacamos: a necessidade da existência do exame de ingresso ao ensino superior; a validade do instrumento de análise da formação recebida nos níveis de escolarização anteriores; o conteúdo abrangido, o nível de complexidade e a função classificatória do exame vestibular.

Essa polêmica não é nova, não é regional ou nacional. É pertinente lembrar que a Conferência Internacional do Ensino Superior para o Século 21 (Paris - novembro de 98), reunindo especialistas de todo o mundo, deixa clara a preocupação com o estado de crise do ensino superior, assim como suas consequências. Entre as questões discutidas podem ser destacadas as relativas às formas de acesso.

Na busca de dados na história da educação brasileira, através da análise dos documentos legais sobre o vestibular - ao longo do século XX - e considerando principalmente a evolução dos procedimentos e instrumentos utilizados, definem-se quatro períodos, a saber: de 1810-1911, de 1911-1925, de 1925-1960 e de 1960 em diante.

No primeiro período (1810/1911), o ensino secundário exaurindo suas funções na condução do ensino superior, selecionava através dos chamados “exames de saída”¹, que “mediam” a maturidade intelectual dos futuros estudantes das faculdades e escolas e eram organizados à luz das exigências das escolas de nível superior (Parecer 64/1882 - Rui Barbosa). A fronteira que separava os exames de ingresso aos cursos superiores, dos exames de conclusão dos estudos secundários era tênue. A aprovação no secundário através dos preparatórios e de provas parceladas, com validades que variaram ao longo do tempo, já assegurava o acesso ao ensino superior.

A reforma Rivadávia Correia, no segundo período (1911-1925), fixa diretrizes pela primeira vez para o concurso de ingresso ao ensino superior, a partir do Decreto nº 8 659 de 05/04/1911. A inovação, no entanto, foi apenas nominal “porquanto a famosa Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, de inspiração positivista, restaurando o ensino livre, suprimindo os diplomas e certificados e desoficializando o ensino, manteve os exames preparatórios e os parcelados até mesmo em colégios particulares, perante bancas escolhidas agora pelo Conselho Superior de Ensino” (Sousa, 1975).

Tal situação persistiu até 1925, quando o antigo exame passou a configurar-se como exame de ingresso, tendo por objetivo verificar a capacidade do candidato para seguir determinado curso superior desde que provasse haver realizado estudos secundários / nível médio (MOACYR, vol. IV –1982).

Em 1931, ainda no terceiro período, a reforma Francisco Campos (Decreto nº 21.241 de 04/04/1932), ao reestruturar o ensino secundário, pretendeu atribuir-lhe um caráter educativo, evitando assim que continuasse como mero instrumento de acesso ao ensino superior.

O Vestibular, nessa legislação, especializou-se na seleção de candidatos para cada curso. Visava ao ingresso em cursos pré-determinados, constituindo-se de provas eliminatórias e as aplicando quase que exclusivamente de modo discursivo.

¹ Prova escrita cujo conteúdo era o vernáculo e prova oral cujo objetivo era avaliar os conhecimentos relativos a línguas estrangeiras e ciências.

O ensino secundário permaneceu com o caráter de ensino propedêutico, funcionando como estrada real para a universidade até 1961 quando foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4 024 / 61 de 21/12/1961, embora algumas transformações já tivessem sido implementadas pela Lei nº 4 244/42 de 09/04/1942 (Gustavo Capanema) e posteriormente pela Lei nº 1821 de 12/03/1953 denominada de Equivalência dos cursos dos vários ramos de nível médio.

De 1960 a 1974, o ensino superior cresceu muito mais rapidamente do que qualquer outro dos segmentos de ensino, principalmente no que se refere à rede de estabelecimentos isolados privados. Logo o acréscimo de matrículas (1965/1974) foi absorvido por uma extensa e bastante dispersa rede de pequenos estabelecimentos isolados. Reforçando essa tendência, a partir de 1980, as instituições públicas passam a responder por cerca de 20% do alunado e as universidades federais por pouco mais de 10% (SOUZA, 1975).

A seleção de candidatos aos cursos universitários ganhou contornos de um problema de massa. Começou então a ampliar-se o problema da ociosidade de vagas em algumas carreiras e o da desigualdade de sua distribuição entre as regiões do País. O crescimento da demanda causou profundas transformações nos métodos tradicionais de seleção, introduzindo os testes objetivos que se apresentavam como “a solução” para lidar com os grandes contingentes de candidatos.

Com a Reforma Universitária, em 1968, outras modificações são introduzidas no concurso vestibular que passou a ter: conteúdo único para todas as carreiras (princípio da unicidade de conteúdo), execução unificada (princípio de unificação da execução) e caráter classificatório (Souza, 1975). É instituído ainda o 1º ciclo, cuja função seria corrigir deficiências denunciadas pelo próprio concurso vestibular, reconhecendo-se que a seleção não se esgotava no episódio do exame de entrada, mas devia ser encarada como um processo contínuo, que deveria prosseguir e ser aprofundado na fase inicial dos estudos.

Modificações ocorreram de 1911 aos dias atuais e muitas outras ocorrerão, entretanto, continua-se a discutir a metodologia já adotada ou a ser adotada para a seleção dos novos alunos, melhor dizendo, os critérios do exame vestibular.

A mais recente legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases, publicada sob o nº 9 394/96 em 20/12/1996, defende, no que se refere ao vestibular, a seguinte posição: As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino” (Art. 51).

Nesse sentido, tendo como preocupação recuperar como se processou o acesso ao ensino superior no País, apresentamos no Projeto VISES, palestras que são proferidas pela Coordenação do Vestibular nas Escolas da rede pública e privada e, que de um modo geral, procura:

- analisar dilemas surgidos ao longo desses anos no que se refere ao exame de ingresso, conteúdo abrangido, nível de complexidade, função classificatória e validade de instrumentos para examinar a formação recebida nos níveis de escolarização anteriores;

- examinar mudanças introduzidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9 394/96), a legislação complementar e as normas do CNE e;

- discorrer sobre formas de acesso que contemplem, de modo mais convincente, o princípio da equidade de oportunidades, inclusive entre os que concluíram o curso médio há mais tempo; passando, necessariamente por uma reflexão na qual devem ser consideradas experiências vividas, não ignorando o elo entre o passado e o futuro.

Para tanto, a análise de alguns enfoques metodológicos em educação, sobre essa temática, com o objetivo de buscar referências, chegou-se a uma primeira aproximação, na

qual foram discutidas categorias que interpenetram a questão do vestibular quais sejam: totalidade, educação e hegemonia.

Metodologia

O princípio norteador deste Projeto de Extensão é considerar a prática no cotidiano na Coordenação do Vestibular como ponto de partida, procurando relacioná-la com novas teorias educacionais, num processo de melhoria contínua para transformá-la.

A construção das ações tem se dado numa constante interlocução e interação entre profissionais envolvidos, alunos em potencial, escolas do ensino médio e demais parcerias no âmbito interno e externo.

Ou seja, as exigências necessárias no plano das ciências sociais e, em conformidade com a área temática – Educação, estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras conduziu à consecução de uma ação extensionista afinada com a orientação metodológica da pesquisa-ação, não somente no plano das idéias, mas também, na concepção de práticas sem deixar de perceber os diferentes “saberes e fazeres” e ainda, por ser o responsável pelo Projeto VISES, um sujeito ativo da questão apresentada o que para FAZENDA (1992), também é importante o domínio da situação vivida.

Em outras palavras, não somente os anos de prática e uma vivência na questão que se apresenta, mas também, sendo o processo que envolve um concurso de massa de diferentes conhecimentos e práticas, avanços e/ou os retrocessos de interesse dos mais diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, o planejamento desses procedimentos metodológicos foi flexível na medida em que a dinâmica interna, entre as várias preocupações, levou a delimitar as seguintes ações metodológicas:

A fase exploratória – momento em que se deu o estudo da viabilidade dessa ação com diagnóstico da situação e coleta das informações existentes. Ainda nesse momento foram estabelecidos, basicamente, os problemas considerados como prioritários –a retomada do Projeto VISES.

A questão fundamental, sob a forma de diretriz, respondendo de modo operativo com alcance significativo dos objetivos propostos em cada uma das visitas implementadas.

As entrevistas individuais, palestras e reuniões que foram realizadas com o objetivo de dar transparência ao processo seletivo e socializar os critérios e normas de seleção levando-se em conta os efeitos desses critérios para o ensino médio e sua articulação com os sistemas de ensino. Ainda nesse viés metodológico a identificação da missão, visão e o verdadeiro significado da Universidade Pública, federal e gratuita.

No desenvolvimento deste Projeto, que tem como característica o aprofundamento do estudo das questões de interesse, permitindo o conhecimento e a análise intensiva do tema abordado destaca-se algumas limitações quais sejam:

□ a instabilidade política no trato com a educação pública na educação superior e no ensino médio.

□ a pluralidade de lógicas e de abordagens argumentativas que dão conta de raciocínios informais - profissionais do ensino médio e superior, dirigentes de escolas públicas e privadas, pais, candidatos e mídia.

A relação entre conhecimento e ação esteve no centro da problemática metodológica, voltada para a ação coletiva, pela qual as informações obtidas e as ações implementadas tiveram o objetivo de concretizar conhecimentos teóricos, produzir orientações práticas, indicar estudos quanto à conduta e suas condições de êxito e o alcance de ações efetivas com transformações no campo social.

Resultados e discussão

O Projeto VISES, tem promovido e recebido visitas das escolas do ensino médio, públicas e privadas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro em que aponta para as ações de Extensão na UNIRIO, que dentre outras, destaca-se uma tendência que privilegia a produção de saberes e a efetivação de práticas voltadas para os sérios problemas nacionais.

O Projeto atende ao dinamismo do processo de co-gestão interna e com a comunidade externa - metodologia utilizada na Extensão, tendo em vista a busca conjunta de soluções que contribuam para a transformação da realidade existente, na medida em que a Extensão Universitária vem abrindo espaços de maior integração com a comunidade, definindo prioridades e procurando identificar necessidades de atuação, a partir da definição de áreas estratégicas. Em outras palavras, essa ação extensionista vem criando espaços onde o social é o seu “locus” principal de atuação.

É desse modo, que a Coordenação do Vestibular, estabelece a intenção de compreender a Universidade enquanto uma Instituição que tem por objetivo o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, pautando-se na liberdade de investigação e debate, no pluralismo metodológico e teórico, cujas prioridades são definidas pela própria comunidade universitária.

Nessa linha de pensamento o Projeto VISES tem como princípio norteador:

- Contribuir no processo de consolidação e avanço da cidadania em nosso país;
- Contribuir no processo de reformulação do conteúdo e do papel da Universidade Pública e gratuita;
- Promover e estimular um novo evento institucional na administração pública, que valorize sua relevância social, a competência tecno-política, a qualidade dos processos e dos bens e serviços produzidos, e a satisfação da população alvo;
- Contribuir para a melhoria da qualidade da administração pública e para a elevação de sua capacidade de gestão;
- Contribuir para o fortalecimento do papel institucional da Universidade nos processos supracitados.

As propostas apresentadas não seguem receita determinada ou específica e nem buscam a padronização de modelos, porque tal preocupação seria a negação do estratégico. Porém, elas foram orientadas pelos seguintes pressupostos básicos:

- a democratização do acesso à Educação superior;
- a transparência das decisões;
- a consideração da efetiva participação dos envolvidos no processo e;
- a incorporação de uma nova consciência ética e moral no trato da coisa pública.

Para GOMES (1998), a Universidade não é lugar da análise do que já existe, simplesmente, e, sim, da construção do futuro, de busca de respostas às necessidades da sociedade.

Ou seja, uma instituição que emerge da vida social concreta, a reproduz e contesta, um espaço para excelência do debate e da crítica, do confronto de idéias, do questionamento de si mesma e da busca de opções para o mundo da produção e para a existência social e individual. Na verdade, podemos dizer que o objetivo da universidade enquanto instituição é a produção do conhecimento científico e cultural, o que diverge daqueles que pensam a Universidade para o mercado de trabalho especializado e têm criticado em muito a educação superior.

Ainda para GOMES (1998), o relacionamento da universidade com a sociedade, interpretando-a, entendendo-a e oferecendo soluções para seus problemas representa um grande desafio – implica responsabilidade e compromisso e se efetiva por meio da produção e das transmissões dos saber – a essência da Universidade. Logo, a necessidade de uma avaliação crítica das atividades que desenvolve seja no ensino, na extensão ou na pesquisa.

No momento em que se firma como padrão de qualidade no ensino superior e no desenvolvimento de ciência e tecnologia, a universidade pública brasileira sofre, contraditoriamente, uma série de ataques por parte de setores limitados, mas influentes, da mídia e da política.

A Lei 9.394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, abriu caminhos para uma atuação mais ampla do ensino particular, eliminando a comprovação da "necessidade social" para a autorização de cursos superiores.

Todavia, para MARCOVITCH (1999) há muito que colher, dada a multiplicidade dos desafios a que a gestão de uma universidade de grande porte deve responder, pois não existe universidade perfeita. Grenoble, Harvard ou Tsukuba são apenas parte de um sonho inacabado. As variáveis para alcançarmos um modelo ideal multiplicam-se de tal forma que em parte alguma poderemos visualizá-lo. É próprio do pensar acadêmico enxergar o real como algo incompleto, que sempre exigirá o aperfeiçoamento.

Sugere ainda algumas questões tais como:

Onde acharemos um corpo de professores absolutamente homogêneos pela excelência?

Onde estudantes nivelados por cima, em sua totalidade?

Onde haverá nos campi das universidades grupos de administradores infalíveis, que possam exercer a gestão impecável?

Várias são as críticas quanto à estrutura organizacional das universidades brasileiras.

Para ESTEVES (2000) dada a sua complexidade, por ter que compatibilizar a utilização de múltiplos meios na consecução de múltiplos objetos, é inevitável que a estrutura organizacional de uma instituição universitária apresente um certo grau de sofisticação. Do contrário, não poderá exercitar plenamente seu potencial. Contraditoriamente, a atual estrutura da universidade apresenta a concepção matricial, embora, na sua maioria, não seja exercitada como tal. O resultado é a existência de inúmeras indefinições de papéis e de excessivas instâncias burocráticas, tornando o seu funcionamento confuso e sem a agilidade desejável. Isto talvez resulte do fato de ter sido implantada por imposição legal e não como resultado de um processo evolutivo.

Ou seja, mesmo com esse indicativo de divergências – conceitual, política, ou estrutural, o jovem que procura a universidade, em especial a pública, busca o conhecimento, acaba encontrando um quadro de referência para sua vida futura, aprende a definir objetivos, alcançar metas e resolver problemas. Em outras palavras, a universidade tem ainda um papel de formar a cidadania e o Projeto VISES procura apresentar essa Universidade.

E não somente para MARCOVITCH (1999), mas também, para os diversos grupos sociais envolvidos, a universidade tem ainda o papel de formar a cidadania.

E, talvez a principal função – desenvolver a inquietude social e esperar que cada jovem nela ingressante e que a integra, se torne, para o meio onde vive, uma fonte de energia para transformações históricas.

Desde 1992, em parceria com a Coordenação de Comunicação Social da UNIRIO, o NCV percebeu a necessidade de se voltar e aproximar-se com as escolas do antigo 2º grau.

Hoje, sem essa parceria, o trabalho vem sendo desenvolvido pela Coordenação do Vestibular.

Na retomada dessa ação de Extensão, no ano de 2001 até o presente momento, o Projeto VISES – a construção da identidade profissional via integração Universidade e o ensino médio, apresenta os seguintes objetivos:

esclarecer aos alunos o significado da Universidade, em especial a pública.

socializar as informações no que diz respeito ao processo seletivo da UNIRIO.

aproximar a universidade com a escola do ensino médio tendo em vista as tendências atuais na sua formação básica.

orientar sobre os critérios e normas de seleção levando em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio e sua articulação com os sistemas de ensino.

Na apresentação cotidiana os seguintes conteúdos são desenvolvidos.

⇒ o vídeo institucional.

⇒ a aquisição do conhecimento na Universidade Pública.

⇒ a crise de identidade das profissões.

⇒ o processo seletivo discente da UNIRIO e

⇒ a flexibilização dos mecanismos de acesso à educação superior.

O Projeto VISES 2001 – 2003

Quando?	2001	2002	2003	
Quantas (os)?				
Instituições	51	52	64	167
Alunos	5.033	4.704	5.099	14.836

data base dezembro de 2003

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX-UNIRIO: relatório de Ação 2001, 2002 e 2003.

Conclusões

Ainda que este Projeto de Extensão – o VISES tenha nos levado a uma investigação de práticas de gestão participativa na busca de resultados, passa a ser uma exigência o não esgotamento do assunto.

Em outras palavras, a relação entre o conhecimento e a ação está no centro da problemática apontada para uma ação coletiva e que seus objetivos perseguidos ou ainda no alcance das transformações, realizações e ações efetivas tenham como objetivos a concretização de conhecimentos teóricos.

A contribuição dessa ação extensionista na construção do conhecimento e sua utilidade para a prática profissional e para a contínua formulação de políticas na gestão universitária devem ser identificadas na perspectiva entre os resultados e o que se tem observado na prática, pois a credibilidade e a consistência das propostas implicam na decisão, admitindo-se uma permanência não muito prolongada – um ano, necessárias à correção de falsas interpretações e identificação das possíveis distorções.

Referências bibliográficas

BRASIL / Brasília/DF. VIII Seminário de Assuntos Universitários – Sub tema: Concurso Vestibular - Análise da Experiência Brasileira - Conferencista Edson Machado de Sousa. 07/05/75.

FAZENDA, Ivani (org). Novos enfoques da pesquisa institucional. São Paulo: Cortez, 1992.1997.

FRIGOTTO, G. A Formação e Profissionalização do Educador: Novos Desafios. In: Escola S.A. Brasília, CNTE.,1996.1994.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GARRAFA, Volney. (org). Extensão: a universidade construindo saber e cidadania – Relatório de Atividades: 1987/1988. Brasília: Editora UnB, 1989.

GOMES, Cândido Alberto. Resenha dos Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1998: Paris, França). Tendências da Educação Superior para o Século XXI. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.720 p.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

LIMA, Helena Ibiapina. Acesso ao Ensino Superior: Dilemas e Perspectivas; 1999 – Projeto.

MORIN, Edgard. Para sair do século XX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.